

U&M Mineração e Construção S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Nos termos das disposições legais e estatutárias a Administração da U&M Mineração e Construção S.A., submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos os resultados de 2022 comparativos à 2021 da U&M, Controladora com quase 50 anos de história que atua com foco em grandes movimentações de solo e rocha, terraplenagem em geral, operação e implantação de minas e locação de equipamentos pesados. Por sermos extremamente especializados, conseguimos oferecer aos nossos clientes uma proposta de valor com alta versatilidade de frota de equipamentos, flexibilidade e agilidade no atendimento às demandas, além de previsibilidade de custos e eficiência operacional.

Apesar do controle da pandemia do novo coronavírus em 2022 em termos da saúde das pessoas, a economia permanece desafiadora, impactada também pela Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que gerou aumento da inflação e pelo aumento do custo do dinheiro principalmente devido à mudança de patamar da taxa Selic, condições essas que afetaram a empresa provocando aumento de custos e dos prazos de entrega de peças e insumos em geral, bem como de despesas financeiras.

O resultado de 2022 ficou abaixo do esperado, principalmente devido ao reconhecimento de provisão para incertezas na realização de créditos em razão do pedido de Recuperação Judicial da Mina do Tucano que reduziu no caixa da U&M em R\$ 98.877 e o EBITDA em R\$ 79.102 conforme descrito na nota explicativa 5. Esse reconhecimento de perda estimada de crédito foi um evento totalmente isolado visto que nunca houve na história da Controladora nenhum outro evento dessa magnitude, ou seja, nenhuma perda substancial de contas a receber.

A receita bruta consolidada de 2022 foi de R\$ 1.493.479 (R\$ 1.342.428 em 2021), o que representa um crescimento, 2022/2021 de 11,25%. O backlog de contratos já firmados de 2023 a 2026 é de R\$ 3.658.648. Além disso, existem contratos em negociação comercial para ampliação ou continuidade que somam perto de R\$ 410.673 e também oportunidades de novos negócios no pipeline.

A Controladora está presente em 6 Estados brasileiros: Minas Gerais, Pará, Maranhão, Goiás, Amapá e Bahia, contribuindo para extração de minério de ferro, ouro, bauxita, fosfato e cobre em minas à céu aberto. As atividades desempenhadas durante o ano foram para grandes mineradoras em contratos de prestação de serviço ou locação de equipamentos.

Na U&M acreditamos que inovação e tecnologia são base para sustentabilidade do negócio e por isso dois importantes projetos encontram-se em fase avançada de desenvolvimento, o caminhão autônomo e híbrido (diesel elétrico) que esperamos que contribuirão significativamente com a redução do impacto ambiental e estão em consonância com a

tendência crescente de demandas dos clientes relacionadas à redução de custos operacionais, aumento de eficiência nas operações das minas, saúde e segurança das pessoas. A Controladora encerrou 2022 com 3.179 empregados (2021 eram 3.326), com taxa de frequência de acidentes em queda e backlog total de contratados de R\$ 3.658.648. Os investimentos em ativos para suportar os contratos e o crescimento esperado foi de R\$ 381.687, e em 2021 foi em torno de R\$ 314.359.

Backlog: Contratos fechados ano a ano para Controladora

Descrição	2023	2024	2025	2026	TOTAL
Backlog – Contratos Fechados	1.235.839	1.388.743	677.507	356.588	3.658.648

Resultados Operacionais e Financeiros da Companhia

Descrição	2022	2021	Var. % (2022/2021)
Número de Equipamentos Frota U&M	860	829	3,7%
Receita Bruta	1.493.479	1.342.428	11,3%
Receita Líquida	1.293.068	1.162.800	11,2%
Lucro Bruto	192.237	148.800	29,2%
% margem bruta	14,87%	12,80%	2,1 p.p.
EBIT	120.053	153.334	(21,7%)
% margem EBIT	9,3%	13,19%	(3,9 p.p.)
EBITDA	243.705	246.750	(1,2%)
% margem EBITDA	18,8%	21,22%	(2,4 p.p.)
EBITDA AJUSTADO (i)	322.807	261.476	23,5%
% margem EBITDA ajustado	25,0%	22,5%	2,5 p.p.
Lucro Líquido	10.344	54.648	(81,1%)
% margem lucro líquido	0,8%	4,7%	(3,9 p.p.)

- (i) Em 2022 o evento não recorrente referente à estimativa de possíveis perdas com contas a receber de cliente e em 2021 a Multa da Levyequip devido ao Auto de Infração, detalhados nas notas explicativas 5 e 17 (ii), respectivamente.

Receita Bruta:

Em 2022 a receita bruta atingiu R\$ 1.493.479, crescendo 11,25% quando comparada com 2021. A receita bruta de 2022 foi em sua totalidade resultado de contratos com grandes mineradoras, sendo que os contratos de prestação de serviço representaram 83% e os de locação de equipamentos extrapesados, 17% da receita bruta.

Receita Líquida:

Em 2022 a receita líquida foi de R\$ 1.293.068, crescendo 11,20% quando comparada com 2021. O crescimento da receita líquida está relacionado ao aumento de demanda dos contratos existentes, reajustes contratuais e captação de novos clientes.

EBITDA:

Em 2022 o EBITDA atingiu R\$ 243.705, (1,2%) menor quando comparado com 2021, principalmente devido ao impacto negativo, fato isolado e não recorrente da recuperação judicial da Mina do Tucano cujos detalhes estão discriminados na nota explicativa 5 .

EBITDA Ajustado:

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 322.807, maior em 23,5% quando comparado com 2021 devido ao aumento da receita de prestação de serviços/locação de equipamentos extrapesados. Neste valor consideramos como ajuste o impacto da estimativa de perda com a recuperação judicial da Mina do Tucano, cujos detalhes estão descritos na nota explicativa 5.

Lucro Líquido:

O Lucro Líquido de 2022 foi de R\$ 10.344, muito abaixo do esperado e menor que o lucro líquido de R\$ 54.648 em 2021, em grande parte devido ao reconhecimento das possíveis perdas decorrentes da recuperação judicial da Mina do Tucano.

Descrição	2022	2021	Var. % (2022/2021)
Lucro Líquido	10.344	54.648	(81,1%)
(+) Imposto de renda e contr. Social	1.502	43.803	(96,6%)
(+) Despesas financeiras	179.126	96.734	85,2%
(-) Receitas financeiras	(70.919)	(41.851)	69,5%
(+) Depreciação e amortização	123.652	93.417	32,4%
EBITDA	243.705	246.750	(1,2%)
% margem EBITDA	18,8%	21,2%	(2,4 p.p.)
(+) Perda esperada de crédito	79.102	-	-
(+) Multa Auto de Infração Levy	-	14.726	-
EBITDA AJUSTADO	322.807	261.476	23,5%
% margem EBITDA ajustado	25,0%	22,5%	2,5 p.p.

Endividamento e Investimento:

Em 2022 a U&M investiu R\$ 381.687 em ativos entre equipamentos extrapesados, equipamentos de apoio e componentes. Além disso, a aquisição de novos ativos, que serão entregues em 2023 e 2024, já foi realizada, visto que em nosso negócio é necessário antecipar às demandas e realizar as aquisições, para que os prazos de entrega, usualmente longos, não prejudiquem o crescimento esperado. Adicionalmente, estamos sempre buscando oportunidades em todo mundo para aquisição de equipamentos extrapesados usados em boas condições operacionais.

Encerramos 2022 com alavancagem de 3,1x ao valor do EBITDA e 2,3x ao valor do EBITDA Ajustados, uma dívida bruta de R\$ 983.948 e uma dívida líquida de R\$ 757.104, conforme descrito na nota explicativa 15. Deste montante, 44,74% são contratos com funding em dólar, porém apenas 24,65% com exposição cambial, visto que 75,35% estão hedgeados por operações de derivativos as quais estão demonstradas na nota 9.3.

Descrição	2022	2021	Var. % (2022/2021)
Capex	381.687	314.359	21,4%
Novas Captações	612.269	593.283	3,2%
Dívida Bruta	983.948	668.868	47,1%
Curto Prazo	455.127	282.011	61,4%
Longo Prazo	528.821	386.857	36,7%
Caixa e aplicações Financeiras	226.844	126.131	79,8%
Dívida Líquida	757.104	542.737	39,5%
Dívida Líquida/ EBITDA	3,1x	2,2x	90,7 p.p.
Dívida Líquida/ EBITDA AJUSTADO	2,3x	2,1x	27,0 p.p.

Deixamos aqui um agradecimento às pessoas. O resultado apresentado é consequência de um trabalho conjunto dos empregados, pessoas que trabalham arduamente em busca da excelência, além da aliança com clientes, fornecedores e parceiros em geral.

Agradecemos a confiança depositada.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

U&M Mineração e Construção S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da U&M Mineração e Construção S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da U&M Mineração e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de prestação de serviços e locação

Veja as notas nº 3.4 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da Companhia oriunda de prestação de serviços e locação de equipamentos é reconhecida com base na medição dos serviços prestados e locação de equipamentos até uma data-corte (período de medição).</p> <p>As medições dos serviços prestados e equipamentos locados são realizadas para o período de 30 dias, sendo aprovadas e faturadas mensalmente, mas não cobrem o mês completo, abrangendo, em alguns casos, parte do mês corrente e parte do mês anterior.</p> <p>O montante de receita a ser reconhecido no mês para os serviços prestados e equipamentos locados, referente ao período de medição ainda não aprovado, é mensurado por estimativa. Consideramos que o reconhecimento da receita por meio de estimativa envolve risco no reconhecimento contábil. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>Obtivemos entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço e locação de equipamento e realizamos testes de detalhe para a composição da receita da Companhia, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-suporte, e inspecionando as faturas emitidas para os clientes e os documentos de medição de serviços aprovados, além dos recebimentos das vendas pelos clientes.</p> <p>Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referente ao período de medição próximo da data de encerramento do exercício social, ainda não aprovado pelo cliente (teste de “corte” da receita).</p> <p>Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos uma deficiência de controle, dado que a administração não realiza uma análise de corte das receitas dos serviços prestados e dos equipamentos locados.</p> <p>Assim, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

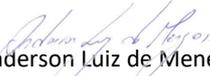
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

U&M Mineração e Construção S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.844	123.550	226.844	126.131
Contas a receber de clientes	5	207.013	267.883	207.013	267.883
Estoques	6	322.324	323.323	322.324	323.323
Adiantamentos a fornecedores	7	11.809	6.686	11.809	6.686
Tributos a recuperar	8	7.550	13.659	7.550	13.679
Tributos sobre o lucro a recuperar	8	13.479	313	13.479	313
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.081	3.169	1.081	3.169
Outros ativos		13.186	4.368	13.186	4.368
Total do ativo circulante		803.286	742.951	803.286	745.552
Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	9	718	16.359	718	16.359
Contas a receber de clientes	5	20.196	-	20.196	-
Depósitos judiciais	20	5.507	4.502	5.507	4.502
Tributos a recuperar	8	-	4.763	-	4.763
Outros ativos		-	52	-	52
Total do realizável a longo prazo		26.421	25.676	26.421	25.676
Investimentos	12	-	2.600	-	-
Imobilizado	13	1.022.379	757.884	1.022.379	757.884
Intangível		686	576	686	576
		1.023.065	761.060	1.023.065	758.460
Total do ativo não circulante		1.049.486	786.736	1.049.486	784.136
Total do ativo		1.852.772	1.529.687	1.852.772	1.529.688

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	455.127	282.011	455.127	282.011
Fornecedores	16	85.237	58.952	85.237	58.952
Tributos a recolher	17	29.811	24.561	29.811	24.561
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	-	7.415	-	7.415
Salários e encargos sociais	18	32.643	39.862	32.643	39.862
Adiantamento de Clientes	19	21.210	6.740	21.210	6.740
Operações de arrendamento mercantil	14	6.066	6.939	6.066	6.939
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	5.740	16.816	5.740	16.816
Instrumentos financeiros derivativos	9	20.235	16.493	20.235	16.493
Outras obrigações		1.201	598	1.201	599
Total do passivo circulante		657.270	460.387	657.270	460.388
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	528.821	386.857	528.821	386.857
Tributos a recolher	17	17.136	23.836	17.136	23.836
Provisões	20	7.018	7.146	7.018	7.146
Operações de arrendamento mercantil	14	22.016	19.100	22.016	19.100
Impostos diferidos	10	76.344	77.050	76.344	77.050
Instrumentos financeiros derivativos	9	10.039	2.423	10.039	2.423
Total do passivo não circulante		661.374	516.412	661.374	516.412
Patrimônio líquido	21				
Capital social		66.499	66.499	66.499	66.499
Reserva de capital		19.684	19.684	19.684	19.684
Reserva legal		13.300	13.300	13.300	13.300
Reserva para retenção de lucros		447.639	466.219	447.639	466.219
Ações em tesouraria		(138)	(138)	(138)	(138)
Outros resultados abrangentes		(12.856)	(12.676)	(12.856)	(12.676)
Total do patrimônio líquido		534.128	552.888	534.128	552.888
Total do passivo e patrimônio líquido		1.852.772	1.529.687	1.852.772	1.529.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços	22	1.293.068	1.137.146	1.293.068	1.162.800
Custos dos serviços prestados	23	(1.100.831)	(1.013.684)	(1.100.831)	(1.014.000)
Resultado bruto		192.237	123.462	192.237	148.800
Receitas/despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	24	(25.563)	(16.522)	(25.609)	(16.680)
Equivalência patrimonial	12	(40)	22.370	-	-
Perda esperada de crédito	5	(79.102)	-	(79.102)	-
Outras receitas operacionais	25	35.259	50.031	35.259	50.031
Outras despesas operacionais	25	(2.732)	(28.818)	(2.732)	(28.817)
Resultado antes dos resultados financeiros e dos tributos		120.059	150.523	120.053	153.334
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	26	(179.123)	(96.732)	(179.126)	(96.734)
Receitas financeiras	26	70.910	41.786	70.919	41.851
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre os lucros		11.846	95.577	11.846	98.451
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(2.208)	(20.763)	(2.208)	(23.637)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	10	706	(20.166)	706	(20.166)
Resultado do exercício		10.344	54.648	10.344	54.648
Número de ações (lote mil)		59.058	59.058	59.058	59.058
Resultado do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores				10.344	54.648
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	27			10.344	54.648
				0,18	0,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício		10.344	54.648	10.344	54.648
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente para resultado:					
Operações no exterior - diferenças de conversão de moeda estrangeira	12	<u>(180)</u>	<u>57</u>	<u>(180)</u>	<u>57</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u>10.164</u>	<u>54.705</u>	<u>10.164</u>	<u>54.705</u>
Resultado abrangente do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores				<u>10.164</u>	<u>54.705</u>
				<u>10.164</u>	<u>54.705</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Em 1º de janeiro de 2021		66.499	(138)	19.684	13.300	436.318	-	(12.733)	522.930
Ajuste de conversão	12	-	-	-	-	-	-	57	57
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	54.648	-	54.648
Dividendos adicionais	21.4	-	-	-	-	(11.085)	-	-	(11.085)
Dividendos obrigatórios	21.4	-	-	-	-	-	(13.662)	-	(13.662)
Retenção de lucros		-	-	-	-	40.986	(40.986)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		66.499	(138)	19.684	13.300	466.219	-	(12.676)	552.888
Ajuste de conversão	12	-	-	-	-	-	-	(180)	(180)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	10.344	-	10.344
Dividendos adicionais	21.4	-	-	-	-	(26.338)	-	-	(26.338)
Dividendos obrigatórios	21.4	-	-	-	-	-	(2.586)	-	(2.586)
Retenção de lucros		-	-	-	-	7.758	(7.758)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		66.499	(138)	19.684	13.300	447.639	-	(12.856)	534.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	10.344	54.648	10.344	54.648
Ajustado por:				
Provisão/Reversão para contingência	20.2	210	210	5.788
Resultado com Equivalência patrimonial	12	40	-	(22.370)
Depreciação e Amortização	23 / 24	123.652	123.652	93.101
Provisão de despesas de impostos referente ao Auto de Infração				37.392
Provisão para juros	14.2 / 15.2	70.432	70.432	24.677
(Ganho) Resultado na venda do imobilizado	13	(975)	(975)	1.345
Resultado na baixa de contratos de arrendamento	13	(101)	(101)	(407)
Baixa de ativos sucateados	13	-	-	4.553
Provisão de despesas de impostos de renda e contribuição social	10.1	1.502	1.502	43.803
Amortização de custo de captação de debêntures	15	-	-	385
Variação cambial não realizada		(30.846)	(31.198)	30.833
Ajuste de inventário	23	6.450	6.450	2.803
Outros imobilizado	13	-	-	(292)
Perda esperada de crédito	5	79.102	79.102	-
Resultado não realizado de Operações com derivativos (swap/NDF)		34.332	34.332	(10.897)
		294.142	262.363	293.750
				288.048
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber de clientes		(38.430)	(38.430)	(95.093)
Tributos a recuperar		10.872	10.892	(4.406)
Estoques		(5.451)	(5.451)	(80.635)
Depósitos judiciais		(1.005)	(1.005)	(733)
Adiantamento a fornecedores		(5.123)	(5.123)	4.728
Instrumentos financeiros e derivativos		19.953	19.953	5.515
Outros ativos		(1.829)	(1.829)	147
Aumento (diminuição) de passivos:				
Salários e encargos sociais		(7.219)	(7.219)	5.326
Tributos a recolher		(1.450)	(1.450)	640
Fornecedores		13.778	13.950	4.074
Outras obrigações		264	263	(313)
Adiantamento de clientes		14.470	14.470	75
Instrumentos financeiros e derivativos		(25.197)	(25.197)	2
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		267.775	267.574	127.375
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.789)	(22.789)	(27.315)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		244.986	244.785	100.060
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento na compra de imobilizado	13 / 29	(220.116)	(220.116)	(275.749)
Pagamento na compra de intangível		(347)	(347)	(184)
Recebimento na venda de imobilizado		-	-	2.786
Dividendos recebidos	12	-	-	23.240
Compra de Ações da Investida		-	-	(1)
Resgate de aplicação vinculada	4	-	-	14.847
Caixa advindo da baixa da investida	12	2.380	-	4.907
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(218.083)	(220.463)	(258.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	15 / 29	461.912	461.912	591.085
Amortização de principal	15	(281.086)	(281.086)	(333.589)
Amortização de juros e variação cambial	15	(52.357)	(52.357)	(32.501)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	21	(40.000)	(40.000)	(20.909)
Amortização de Passivo de Arrendamento	14.2	(8.925)	(8.925)	(3.383)
Amortização de juros de passivo de arrendamento	14.2	(3.153)	(3.153)	(8.029)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		76.391	76.391	192.674
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		103.294	100.713	34.434
No início do exercício	4	123.550	126.131	91.874
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa mantido		-	-	177
No final do exercício	4	226.844	226.844	126.131
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		103.294	100.713	34.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas:		1.447.769	1.366.867	1.447.769	1.393.494
Prestação de Serviços	22	1.493.479	1.315.801	1.493.479	1.342.428
Outras receitas		33.392	51.066	33.392	51.066
Perda esperada de crédito	5	(79.102)	-	(79.102)	-
Insumos adquiridos de terceiros:		(734.572)	(674.554)	(734.619)	(674.625)
Custo dos serviços prestados		(602.929)	(592.905)	(602.929)	(592.905)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(33.227)	(21.419)	(33.256)	(21.479)
Outros custos e despesas		(98.416)	(60.230)	(98.434)	(60.241)
Valor adicionado bruto		713.197	692.313	713.150	718.869
Retenções:		(123.652)	(93.101)	(123.652)	(93.417)
Depreciação e amortização	23 / 24	(123.652)	(93.101)	(123.652)	(93.417)
Valor adicionado líquido		589.545	599.212	589.498	625.452
Valor adicionado recebido em transferência:		71.938	64.375	71.987	42.069
Resultado de equivalência patrimonial	12	(40)	22.370	-	-
Receitas financeiras		71.943	41.969	71.952	42.033
Outras receitas recebidas em transferências		35	36	35	36
Valor adicionado total		661.483	663.587	661.485	667.521
Distribuição do valor adicionado:		661.483	663.587	661.485	667.521
Pessoal e encargos		275.864	247.865	275.864	247.925
Remuneração direta		191.199	172.885	191.199	172.931
Benefícios		66.230	61.332	66.230	61.332
F.G.T.S.		18.435	13.648	18.435	13.662
Impostos, taxas e contribuições		256.628	270.838	256.628	274.698
Federais		193.514	212.167	193.514	216.027
Estaduais		593	1.299	593	1.299
Municipais		62.521	57.372	62.521	57.372
Remuneração de capitais de terceiros		118.646	90.236	118.648	90.250
Juros		91.134	69.650	91.136	69.648
Despesas com aluguéis		27.410	20.586	27.410	20.602
Outras		102	-	102	-
Remuneração de capitais próprios		10.345	54.648	10.345	54.648
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	2.586	13.662	2.586	13.662
Lucros retidos/ (prejuízos) do exercício		7.759	40.986	7.759	40.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Considerações gerais

A U&M Mineração e Construção S.A. (“U&M” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. A Controladora está sediada na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1.518A, Edifício Orly - Rio de Janeiro, Brasil. Essas demonstrações financeiras compreendem a Controladora e suas controladas (conjuntamente denominadas “Companhia”). A atividade principal da Controladora é terraplenagem, construção e mineração a céu aberto, sendo especializada em grandes movimentos de solos e rochas, através de locação de equipamentos ou prestação de serviço especializado. Os principais serviços estão relacionados à: mineração de minério, estéril, escavação, carregamento, transporte de solo e rocha, perfuração e construção de infraestrutura.

As controladas por meio das quais a Controladora desenvolve atividades no Brasil e no exterior estão descritas na Nota 1.3. A Controladora não possui uma controladora final e é de propriedade da Família Machado, na pessoa física dos acionistas.

1.2 Operações em conjunto

A Controladora detém participação de 80% no Consórcio Operacional TBM, constituído em 14 de abril de 2020, com sede na cidade de Matias Barbosa, Minas Gerais. O consórcio TBM tem como objetivo regular a utilização e manutenção da Aeronave TBM700N. A operação conjunta foi criada entre a Controladora (80% - Líder do Consórcio), Pangea Empreendimentos S.A. (10%) e a Gavião Real Empreendimentos de Qualidade S.A. (10%). As decisões do consórcio são tomadas em conjunto por todas as consorciadas.

1.3 Relação de entidades controladas e operações em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e suas controladas direta e indiretamente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		% Participação	
		31/12/2022	31/12/2021
U&M Mining Zâmbia Ltd. (a)	Controlada	100%	100%
U&M Mining Moçambique Lda. (b)	Controlada	99%	99%
Consórcio Operacional TBM (c)	Operação em conjunto	80%	80%

- (a) A U&M Mining Zâmbia Ltd, foi constituída em 17 de maio de 2007, com sede na cidade de Chingola, Copperbelt – Zâmbia tendo, tem por objeto a prestação de serviços de mineração, mais especificamente para atendimento à execução do contrato com a Companhia Konkola Copper Mines PLC (pertencente ao grupo indiano Vedanta Resources). A U&M Mining Zâmbia Ltd encontra-se inativa desde 2015, e teve seu encerramento concluído em fevereiro de 2023.

- (b) A U&M Mining Moçambique Lda, foi constituída em 24 de junho de 2019, com sede na cidade Maputo, Província de Maputo – Moçambique. Até à data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada U&M Moçambique Lda tinha o seu capital a integralizar, tendo a moeda MZN - Metical como sua moeda funcional, resultante da emissão de ações, contudo, não existem transações que confirmem a moeda funcional, uma vez que a empresa não é operacional.
- (c) O Consórcio Operacional TBM, foi constituído em 14 de abril de 2020, com sede na cidade de Matias Barbosa, Minas Gerais. O consórcio tem como objeto regular a utilização e manutenção da Aeronave TBM700N. A Controladora reconhece as informações do Consórcio Operacional TBM de forma proporcional, linha a linha.

As demais empresas apresentadas acima foram reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais em investimentos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva em 24 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto pela U&M Zâmbia, cuja moeda funcional é o dólar (USD). Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais (R\$) e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos contábeis são revisados de forma contínua e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores como expectativa de eventos futuros, considerados prováveis.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 - prazo do arrendamento: determinar se foi mensurado de acordo com a expectativa razoável da administração e sua manutenção, exercendo as opções de prorrogação.

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas às estimativas e premissas que possuam um efeito significativo e podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 5 e 3.13 – Análise econômica para fins de mensuração da provisão e redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes;

Nota explicativa 3.11 – Análise econômica para fins de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

Nota explicativa 13 - Mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil;

Nota explicativa 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas em relação a probabilidade e magnitude de saídas de recursos; e

Nota explicativa 22- Reconhecimento de receita: medições realizadas mensalmente à medida do avanço da prestação de serviços.

c. *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo são classificados em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o nível de entrada mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 9 - instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando indicado de outra forma.

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, sendo:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - * IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"
 - * IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos"
 - * IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

3.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras individuais incluem a participação da Controladora no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir.

Operações em conjunto

As operações em conjunto são representadas por acordos com base nos quais a Companhia tem direitos sobre seus ativos e obrigações por seus passivos, de acordo com sua participação definida. As receitas e despesas nas operações conjuntas são contabilizadas pelos movimentos linha a linha. São reconhecidos inicialmente ao custo, que inclui os custos de transação.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Controladora, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas em despesas financeiras.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas para reais pela taxa de câmbio média do mês. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na

conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.4 Receita de contrato de cliente

A receita da Companhia é proveniente da prestação de serviços e locação de equipamentos:

Receita de prestação de serviços

A receita de contratos com clientes é reconhecida quando da transferência do controle sobre o serviço, que pode ocorrer em um momento ou ao longo do tempo, à medida que as obrigações contratuais são cumpridas.

A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas:

- Identificação do contrato;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecimento da receita.

A obrigação de desempenho da receita é satisfeita ao longo do tempo, pois o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia. Para cada obrigação de desempenho a Companhia mensura o progresso em relação à satisfação completa dessa obrigação, utilizando o método *input*. Neste método as receitas são reconhecidas com base em mensurações diretas do valor ao cliente dos serviços transferidos até a data em questão. A receita é reconhecida com base no total de material movimentado pela U&M no mês, calculado pelo total de horas-máquina e horas de funcionários aplicados naquele projeto.

As receitas de prestação de serviço e a parte variável da receita de locação de equipamentos são reconhecidas com base na medição dos serviços prestados e/ou locação incorridos até uma data de corte (período da medição – final do mês). A Controladora tem contratos de longo prazo e as medições são realizadas para o período de 30 dias, sendo aprovadas e faturadas mensalmente, abrangendo, em alguns casos parte do mês corrente e parte do mês anterior. A determinação do montante de receita a ser reconhecida no mês, referente ao período de medição ainda não aprovado pelo cliente, é realizado por meio de estimativa com base nas medições internas. O prazo médio de recebimento da Companhia é em média 32 dias em 2022 e 41 dias em 2021, a partir da emissão da fatura.

Receita de locação

A Companhia arrenda alguns ativos imobilizados para seus clientes, classificados como operacionais na perspectiva do arrendador. A Companhia classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos. As receitas com arrendamentos envolvem valores fixos e variáveis de alugueis. Os valores variáveis são mensurados com base em medições incorridas, até uma data de corte (período de medição – final do mês), do uso do equipamento.

As medições dos serviços prestados e a locação dos equipamentos são feitas pelo período de 30 dias, e são aprovadas e faturadas mensalmente, mas não abrangem o mês completo, em alguns casos considerando apenas parte do mês atual e parte do mês anterior.

3.5 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não concede quaisquer outros benefícios de longo prazo aos empregados na data destas demonstrações financeiras.

3.6 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros e comissões;
- Imposto de renda retido na fonte (IRRF) e Imposto sobre operações financeiras (IOF);
- Operações com derivativos (Swap/NDF);
- Variação cambial passiva;
- Operações de arrendamento mercantil – despesas financeiras;
- Multa auto de infração;
- Outras despesas financeiras;
- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Juros de terceiros;
- Variação cambial ativa; e
- Outras receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo.

Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia classificou os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures como atividade de financiamento e não operacional, por entender que os recursos captados são utilizados para financiar compras de ativos e capital de giro, para fins gestão do fluxo de caixa e por esta razão os movimentos foram considerados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Adicionalmente os dividendos recebidos, foram classificados como atividades de investimento, tendo em vista que se refere a retorno sobre investimentos.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 Milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos. A mensuração é feita com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados ao imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais diferidos, e eles estejam relacionados ao imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é calculado pelo custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para colocá-los nas localizações e condições atuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos. O custo dos ativos construídos pela Controladora e suas controladas inclui materiais e mão-de-obra direta, bem como quaisquer outros custos atribuíveis à colocação dos ativos no local e condições exigidos para que funcionem da forma pretendida pela administração, custos de desmontagem e restauração do local onde estão localizados e custos de empréstimo sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são determinados pela comparação do resultado da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em "Outras receitas" ou "Outras despesas" no resultado .

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Despesas de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear ao longo da vida útil estimada de cada componente de um item do ativo imobilizado, uma vez que esse método reflete melhor o padrão de utilização dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. O terreno não é depreciado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que a construção é concluída e o ativo está disponível para uso.

A taxa média de depreciação estimada para o exercício corrente, são:

	Taxa média	
	2022	2021
Benfeitorias	20%	20%
Máquinas e equipamentos	11%	11%
Veículos	22%	23%
Hardware	20%	20%
Direito de uso	26%	24%
Outros	11%	10%

As vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Não houve mudança na vida útil estimada, a mudança na taxa média de depreciação está relacionada a variação da quantidade de cada tipo de veículos, máquinas e equipamentos.

3.10 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Amortização

A amortização é o custo sobre o valor, o custo de um ativo ou outro valor residual.

A amortização é reconhecida na receita pelo método linear com relação às vidas úteis projetadas dos ativos intangíveis, com base nos dados que esses métodos estão disponíveis para uso, por ser aquele que reflete o padrão de geração dos benefícios futuros incorporado ao ativo.

	Taxa média	
	2022	2021
Software	20%	20%

3.11 Instrumentos financeiros

a. Classificação inicial e mensuração subsequente

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia torna se parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução do valor recuperável (impairment). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo

represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (covenants) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do Balanço, a Controladora avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Contábeis, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Controladora.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira e quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Controladora e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Controladora e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

3.12 Capital social

A Controladora possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital ou capital por meio de integralização aprovada pelos acionistas.

3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Controladora e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas no contas a receber de clientes, quando aplicável, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual durante o qual a Controladora está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Controladora e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos os custos de venda.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC se exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, que podem ser estimados com segurança e for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas considerando o valor presente das melhores estimativas de saída futura.

3.16 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se houve transferência do direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início ou antes, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local em que está localizado, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros para várias fontes externas de financiamento e fazendo certos ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo que está sendo arrendado. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem, quando aplicável, o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Para arrendamentos de ativos de baixo valor a Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de curto prazo e baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em 'ativo imobilizado' e passivos de arrendamento em 'passivos de arrendamento' no balanço patrimonial.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral sobre se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Em caso afirmativo, a locação é uma locação financeira; caso contrário, trata-se de um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera alguns indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

A Companhia aplica os requisitos de baixa e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento e revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados usados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamentos decorrentes de arrendamentos operacionais como receita utilizando os valores variáveis que são mensurados com base nas mensurações incorridas até a data de corte (período de mensuração) como parte da receita operacional de aluguéis.

A receita de locação reconhecida pela Companhia em 2022 e 2021, está divulgada na nota 22.

3.17 Segmento Operacional

A Controladora e suas controladas possuem um único segmento operacional que consiste na prestação de serviços especializados e aluguel de equipamentos extrapesados. A Controladora e

suas controladas são organizadas, e seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados centralmente pelo Diretor Presidente (“CEO”) da companhia. Essa visão é apoiada pelos seguintes fatores:

- Não há divisões em sua estrutura para gerenciar as diferentes linhas de serviços; e
- As decisões estratégicas são baseadas em estudos de oportunidades de mercado e não apenas na execução de obras.

3.18 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, enquanto as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e, portanto elas representam informações financeiras suplementares, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

3.19 Novas Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, que estão descritas a seguir.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1)
- Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 - IAS 12)
- Contratos de seguros (CPC 50 – IFRS 17)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 - IAS 1 e IFRS demonstração prática 2)
- Definição de estimativa contábil (CPC 23 – IAS 8)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	95	40	95	40
Bancos conta movimento:				
Bancos nacionais	26.587	794	26.587	794
Bancos internacionais	3.190	871	3.190	3.451
Aplicações financeiras	196.972	121.845	196.972	121.846
	226.844	123.550	226.844	126.131

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras são Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas com uma rentabilidade média em 31 de dezembro de 2022 de 90% do CDI Certificados de Depósitos Interbancários (84% em 31 de dezembro de 2021). Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora/ Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais (*)	211.339	133.929
Medições a faturar (*)	94.972	133.954
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(79.102)	-
	227.209	267.883
Circulante	207.013	267.883
Não circulante	20.196	-

(*) Todas as contas a receber, faturadas e não faturadas, foram registradas em reais.

Em 09 de setembro de 2022, um dos clientes da Controladora ingressou com pedido de recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber de R\$ 98.877 foi reduzido por uma provisão para perdas estimadas no valor de R\$ 79.102. Essa estimativa considera a existência de importantes ativos de mineração do cliente, com potencial minerário que atua no mercado de ouro, a Controladora no momento é um credor quirográfario, podendo ser enquadrada no regime especial sendo considerado fornecedor estratégico, tendo assim prioridade no recebimento de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia provisão para perdas esperadas de crédito à baixa exposição a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes. A exposição da Controladora e suas controladas a riscos de crédito relacionados às contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 9.

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado	322.324	323.323
	322.324	323.323

O estoque de almoxarifado é composto principalmente de pneus, peças e consumíveis para manutenção de máquinas e equipamentos utilizados nas operações.

Considerando a natureza dos estoques e o contexto de mercado para os serviços prestados pela Controladora, não foram identificados quaisquer indícios de que o valor recuperável líquido destes estoques seja inferior a seu registro contábil ou que existam estoques obsoletos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7 Adiantamento a fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	1.727	812
Internacionais	10.082	5.874
	11.809	6.686

A exposição da Controladora e suas controladas à riscos cambiais relacionados aos adiantamentos a fornecedores internacionais é divulgada na nota explicativa nº 9.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte IRRF (i)	5.261	8.845	5.261	8.862
Instituto Nacional do Seguro Social INSS	494	1.386	494	1.386
Programa de Integração Social PIS	254	1.106	254	1.106
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS	1.181	7.085	1.181	7.085
VAT Zâmbia	-	-	-	3
	7.550	18.422	7.550	18.442
Imposto de renda Pessoa Jurídica – IRPJ (ii)	9.925	233	9.925	233
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL(ii)	3.554	80	3.554	80
	13.479	313	13.479	313
Circulante	21.029	13.972	21.029	13.992
Não Circulante	-	4.763	-	4.763

(i) Refere-se principalmente ao imposto de renda retido na fonte, referente ao resultado de operações com derivativos (Swap).

(ii) IRPJ e CSLL a compensar devido à apuração da Lalur por estimativa.

9 Instrumentos financeiros e derivativos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação e valorização:

9.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Controladora realiza operações com instrumentos financeiros, em especial caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivos de arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos - SWAPs.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante possuem liquidez imediata. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos em reais estão indexados à variação do CDI e Selic

e aproximam-se do seu valor de mercado. Uma série de empréstimos e financiamentos em dólares norte-americanos são protegidos por SWAPS cujos contratos de derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras são substancialmente semelhantes aos que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia visa garantir a continuidade das operações de forma saudável e sustentável gerando valor aos acionistas e demais partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Instrumentos Financeiros

Controladora	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	226.844	226.844	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	211.339	211.339	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.799	-	1.799	-	1.799	-	1.799
	1.799	438.183	439.982	-	1.799	-	1.799
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	983.948	983.948	-	-	-	-
Fornecedores	-	85.237	85.237	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30.274	-	30.274	-	30.274	-	30.274
Operações de arrendamento mercantil	-	28.082	28.082	-	-	-	-
	30.274	1.097.267	1.127.541	-	30.274	-	30.274

Controladora	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2021							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	123.550	123.550	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	133.929	133.929	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.528	-	19.528	-	19.528	-	19.528
	19.528	257.479	277.007	-	19.528	-	19.528

U&M Mineração e Construção S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Passivos

Empréstimos e financiamentos	-	668.868	668.868	-	-	-	-
Fornecedores	-	58.952	58.952	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.916	-	18.916	-	18.916	-	18.916
Operações de arrendamento mercantil	-	26.039	26.039	-	-	-	-
	18.916	753.859	772.775	-	18.916	-	18.916

Consolidado

31 de dezembro de 2022	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	226.844	226.844	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	211.339	211.339	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.799	-	1.799	-	1.799	-	1.799
	1.799	438.183	439.982	-	1.799	-	1.799
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	983.948	989.726	-	-	-	-
Fornecedores	-	85.237	85.237	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30.274	-	30.274	-	30.274	-	30.274
Operações de arrendamento mercantil	-	28.082	28.082	-	-	-	-
	30.274	1.097.267	1.127.541	-	30.274	-	30.274

Consolidado

31 de dezembro de 2021	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	126.131	126.131	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	133.929	133.929	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.528	-	19.528	-	19.528	-	19.528
	19.528	260.060	279.588	-	19.528	-	19.528
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	668.868	668.868	-	-	-	-
Fornecedores	-	58.952	58.952	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.916	-	18.916	-	18.916	-	18.916
Operações de arrendamento mercantil	-	26.039	26.039	-	-	-	-
	18.916	753.859	772.775	-	18.916	-	18.916

Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap): Detalhamento da ponta ativa e passiva

Ativo				Controladora/ Consolidado			
Contrapartes	Vencimento	Indexadores		Valor notional	31/12/2022	Valor notional	31/12/2021
Bradesco	2024	CDI + 2,56%	VC (dólar) + 3,15%	-	-	182.349	10.722
Citibank	2023	CDI + 2,09%	Libor + 1,57%	26.694	875	62.190	4.581
Itaú	2023	CDI + 2,05%	VC (dólar) + 1,95%	22.320	367	51.893	4.225
Citibank	2025	VC (dólar) + 6,80%	CDI + 2,50%	25.511	557	-	-
				74.525	1.799	296.432	19.528
Circulante					1.081		3.169
Não circulante					718		16.359

Passivo				Controladora/ Consolidado			
Contrapartes	Vencimento	Indexadores		Valor notional	31/12/2022	Valor notional	31/12/2021
Bradesco	2024	VC (dólar) + 3,15%	CDI + 2,55%	152.179	(14.880)	-	-
China Bank Construction	2024	VC (dólar) + 2,58%	CDI + 2,50%	38.289	(4.430)	52.713	(1.185)
Itaú	2024	VC (dólar) + 2,40%	CDI + 2,50%	27.354	(3.036)	52.141	(987)
Itaú	2023	VC (dólar) + 1,95%	CDI + 2,05%	14.920	(1.660)	-	-
Votorantim	2023	VC (dólar) + 2,67%	CDI + 2,00%	6.509	(564)	32.798	(872)
Banco do Brasil	2024	VC (dólar) + 3,65%	CDI + 2,55%	19.580	(2.119)	24.839	(412)
Bradesco	2024	VC (dólar) + +3,15%	CDI + 2,56%	51.708	(764)	25.523	(14.508)
Citibank	2022	Libor + 2,16%	CDI + 0,38%	-	-	860	(648)
Citibank	2022	Libor + 0,98%	CDI + 1,15%	-	-	9.930	(304)
Citibank	2025	VC (dólar) + 6,80%	CDI + 2,50%	13.375	(1.875)	-	-
/Citibank	2025	VC (dólar) + 6,26%	CDI + 1,75%	10.454	(132)	-	-
Citibank	2025	TLP + 2,95%	CDI + 2,30%	41.014	(813)	-	-
				375.382	(30.274)	198.804	(18.916)
Circulante					(20.235)		(16.493)
Não circulante					(10.039)		(2.423)

Nota: (VC) corresponde a Variação Cambial.

Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

Os ativos e passivos registrados a valor justo por meio do resultado correspondem aos instrumentos financeiros derivativos e são classificados como nível 2.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou as transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes

O valor justo de contas a receber de clientes é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9.2 Risco Financeiro

A Controladora está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Controladora foca na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro e, quando necessário, utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger determinadas exposições de risco.

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela tesouraria da Controladora e as políticas são determinadas pelo Conselho de Administração. A área de instrumentos de tesouraria identifica riscos, valores e contratos financeiros com o intuito de proteger a Controladora de eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de juros e câmbio.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados e definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras se um cliente ou uma contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. Este risco decorre de contas a receber de clientes e principalmente de instrumentos financeiros.

A administração estabeleceu uma prática em que cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, para que possa aceitar a proposta obtida por meio de processos licitatórios. A revisão realizada inclui a avaliação, quando disponível, das demonstrações financeiras e informações das agências de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e dos ativos contratuais representam a exposição máxima ao risco de crédito. A Controladora mantém caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição específica. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito era o valor contábil do caixa e equivalentes de caixa, apresentada na nota 4 bem como o Contas a receber de clientes, com destaque para as Perdas de crédito esperadas na nota 5.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais

Na prestação de serviços, pela natureza e características dos serviços prestados e com uma carteira de clientes considerados grandes parceiros, grandes clientes, assume-se um risco de crédito baixo ou inexistente, mesmo pelo fato de existir a concentração de clientes e, conseqüentemente, tem informações de mercado para esses clientes.

Qualquer tipo de configuração do processo de faturamento e recebimento é avaliado e controlado, mitigado e com risco de crédito.

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base no percentual histórico de perda, impactos macroeconômicos no comportamento do histórico de inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes e de acordo com o envelhecimento da carteira e correlação com esses fatores para determinar a perda de contas a receber de clientes. Para as contas a receber vencidas há mais de 90 dias, a Controladora efetuou a avaliação para identificar o valor recuperável do ativo e posteriormente reconhecer a estimativa de perda por redução ao valor recuperável do saldo a receber. Em 31 de dezembro de 2022 um dos clientes da Controladora solicitou recuperação judicial. Para mais informações, vide nota 5.

Contas a Receber s/ Venda de Imobilizado

A Controladora exige pagamento antecipado integral para vendas de ativos imobilizados. Caso haja atraso e/ou cancelamento do contrato, não ocorrerá a transferência do bem para o comprador, que é efetivada quando da emissão da nota fiscal da venda de ativo.

Os saldos a receber de clientes nacionais por idade de vencimento, são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	112.461	133.929
Até 30 dias	46.136	98.760
Entre 31 - 60 dias	66.325	35.169
Entre 61 - 90 dias	-	-
Acima de 90 dias	-	-
 Vencidos:	 98.878	 -
Até 30 dias	-	-
Entre 31 - 60 dias	-	-
Entre 60 - 90 dias	-	-
Acima de 90 dias	98.878	-
	211.339	133.929
	211.339	133.929

Em 09 de setembro de 2022 um dos clientes da Companhia solicitou recuperação judicial conforme detalhes na nota explicativa 5.

Em 31 dezembro de 2021 nenhuma provisão para este cliente foi constituída, uma vez que a Companhia, na época, não havia expectativa de perdas, comprovada pelo recebimento integral no período subsequente.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limitou sua exposição ao risco de crédito investindo em títulos e dívidas com instituições financeiras de primeira linha e grande porte, mitigando a exposição ao risco de crédito.

Garantias

A Controladora possui garantias financeiras para três instituições bancárias, em relação a contratos de empréstimos, tendo para um contrato a garantia do fluxo de passagem de um valor determinado, e os demais contratos com domicílio simples creditados em uma conta vinculada, que é liberado após a verificação do pagamento.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração. Assim, a Controladora monitora o nível esperado de entradas de caixa provenientes do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as principais saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores’, ‘Empréstimos e Financiamentos’, ‘Instrumento Financeiro Derivativo’ e ‘Arrendamentos’.

Os fluxos de caixa futuros referentes aos instrumentos derivativos (Swap) e operações em moeda estrangeira, podem ser diferentes dos montantes apresentados na nota nº 15, uma vez que as taxas de câmbio podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na nota explicativa nº 15 possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes do número apresentado.

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Valor contratual	Controladora e Consolidado			
			2023	2024	2025 em diante	Total
Empréstimos e financiamentos	983.948	1.122.288	495.262	461.566	165.460	1.122.288
Fornecedores	85.237	85.237	85.237	-	-	85.237
Instrumentos financeiros e derivativos	30.274	30.274	23.367	6.906	1	30.274
	1.099.459	1.237.799	603.866	468.472	165.461	1.237.799
Outros passivos financeiros						
Operações de arrendamento mercantil	28.082	43.370	9.009	6.148	28.213	43.370
Total	1.127.541	1.281.169	612.875	474.620	193.674	1.281.169

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor contratual	Controladora e Consolidado				
			2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Empréstimos e financiamentos	668.868	712.282	308.193	241.862	162.227	-	712.282
Fornecedores	58.952	58.952	58.952	-	-	-	58.952
Instrumentos financeiros e derivativos	18.916	18.916	16.458	1.047	1.411	-	18.916
	746.736	790.150	383.603	242.909	163.638	-	790.150
Outros passivos financeiros							
Operações de arrendamento mercantil	26.039	41.053	9.903	4.358	4.012	22.780	41.053
Total	772.775	831.203	393.506	247.267	167.650	22.780	831.203

9.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros afetem os resultados da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

O risco associado à taxa de juros está relacionado a possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O monitoramento da taxa de juros direciona as decisões da Controladora quanto a contratação de novas operações buscando proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. A tabela a seguir mostra o acompanhamento dos itens com volatilidade na taxa de juros.

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	CDI	196.972	121.845
Empréstimos e financiamentos	CDI	(412.660)	(621.371)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(38.880)	
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(41.645)	(2.200)
		(296.213)	(501.726)

Derivativos

A Companhia detém *swaps* de taxa de juros para fins de gerenciamento de risco que são designados nas relações de hedge de fluxo de caixa. Os *swaps* de taxa de juros têm pontas variáveis indexadas à CDI.

Risco de taxas de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio, que pode afetar o resultado quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional, bem como em investimentos líquidos em controladas no exterior.

Como estratégia de redução à exposição cambial, a Companhia realizou operações de *swap* de contratos junto a instituições financeiras. Outra medida para minimizar os impactos estão relacionadas aos contratos com clientes, que prevê ajustes de preços relacionados à variação cambial, permitindo uma proteção dentro da própria operação da Companhia, sendo assim em média 30% do preço de venda está vinculado à variação cambial. Essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Contratos em moeda estrangeira

Nas tabelas abaixo, indicamos os contratos de pagamento para os quais a Companhia e suas controladas tem valores a receber ou recebeu em moeda estrangeira e os respectivos valores convertidos para reais.

	Moeda principal	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em aberto_Ativo					
Adiantamento a fornecedores	USD	1.097	390	1.097	390
Caixas e equivalentes de caixa	USD	611	156	611	618
Instrumentos financeiros e derivativos	USD	5.802	3.499	5.802	3.499
		7.510	4.045	7.510	4.507
Adiantamento a fornecedores	EUR	1	-	1	-
		1	-	1	-
Adiantamento a fornecedores	AUD	404	-	404	-
		404	-	404	-
		7.915	4.045	7.915	4.507

	Moeda principal	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em aberto_Ativo					
Adiantamento a fornecedores	BRL	7.323	1.998	7.323	1.998
Caixas e equivalentes de caixa	BRL	3.188	871	3.188	3.449
Instrumentos financeiros e derivativos	BRL	30.274	19.528	30.274	19.528
		40.785	22.397	40.785	24.975

	Moeda principal	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em aberto_Passivo					
Empréstimos e financiamentos	USD	84.368	88.485	84.368	88.485
Fornecedores	USD	27	34	27	34
		84.395	88.519	84.395	88.519
Fornecedores	AUD	664	-	664	-
		664	-	664	-
		85.059	88.519	85.059	88.519

	Moeda principal	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em aberto_Passivo					
Empréstimos e financiamentos	BRL	440.205	493.791	440.205	493.791
Fornecedores	BRL	2.501	192	2.501	192
		442.706	493.983	442.706	493.983

9.4 Análise de Sensibilidade

A administração efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40/IFRS 7, a fim de demonstrar os impactos das variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerado para os próximos 12 meses.

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade nas taxas cambiais além da mudança em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controladora. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Sensibilidade projetada para risco de taxa

A Controladora preparou a sensibilidade com base na análise entre a taxa Selic de fechamento na base financeira, utilizando a maior e a menor taxa Selic projetada pelo Banco Central do Brasil para os próximos 3 anos, entendendo que os impactos relacionados a esta operação, se realizados, afetarão os resultados futuros da Controladora e de suas controladas. As variações consideradas para a taxa Selic foram aplicadas ao CDI, uma vez que os índices são correlacionados.

As operações da Controladora são indexadas a taxas pós-fixadas, pelo CDI e SELIC:

Controladora/Consolidado	Exposição em 31/12/2022	Indexador	Taxa de juros a.a.	Cenário – 10,26%			Cenário – 41,39%		
				%	Valor	Impacto no resultado	%	Valor	Impacto no resultado
Instrumentos financeiros									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	196.972	CDI	13,65%	12,25%	24.129	(2.758)	8,00%	15.758	(11.129)
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	(412.660)	CDI	13,65%	12,25%	(50.511)	5.777	8,00%	(33.013)	23.315
Empréstimos e financiamentos	(38.880)	TJLP	9,75%	8,75%	(3.402)	389	5,71%	(2.222)	1.569
Empréstimos e financiamentos	(41.645)	SELIC	13,75%	12,34%	(5.139)	587	8,06%	(3.356)	2.370
Efeito no resultado e patrimônio líquido						3.995			16.125
<hr/>									
Controladora/Consolidado	Exposição em 31/12/2021	Indexador	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário + 24,32%			Cenário - 24,32%		
				%	Valor	Impacto no resultado	%	Valor	Impacto no resultado
Instrumentos financeiros									
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	121.845	CDI	9,15%	11,38%	13.860	2.711	6,92%	8.438	(2.711)
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	(621.371)	CDI	9,15%	11,38%	(70.682)	(13.827)	6,92%	(43.028)	13.827
Empréstimos e financiamentos	(2.200)	SELIC	9,25%	11,50%	(253)	(49)	7,00%	(155)	49
Efeito no resultado e patrimônio líquido						(11.165)			11.165

Projeção de sensibilidade para risco cambial spot

A Administração elaborou esta análise de sensibilidade com base na variação existente entre o dólar do fechamento na data base das demonstrações financeiras, utilizando o maior e menor dólar divulgado no Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil para os próximos 3 anos, entendendo que possíveis impactos estão atrelados a esta variação, que, se realizada, impactará os resultados futuros da Controladora e suas controladas.

Controladora e Consolidado	Câmbio Base	Moeda	Saldo	Câmbio Base	31/12/2022	Cenário +1%	Efeito no resultado	Cenário +2%	Efeito no resultado
ATIVO									
Caixas e Equivalentes de Caixa	5,2171	USD	611	3.190	3.216	26	3.241	51	
			611	3.190	3.216	26	3.241	51	
PASSIVO									
Empréstimos e Financiamentos	5,2177	USD	84.368	440.205	443.825	(3.620)	447.200	(6.995)	
Fornecedores (i)	5,2177	USD	28	145	146	(1)	147	(2)	
Fornecedores (i)	3,5445	AUD	665	2.356	2.375	(19)	2.393	(37)	
			85.061	442.706	446.346	(3.640)	449.741	(7.035)	
Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido						(3.614)		(6.984)	

Controladora	Câmbio Base	Moeda	Moeda USD	31/12/2021	Cenário + 0,35%	Efeito no resultado	Cenário - 4,13%	Efeito no resultado
ATIVO								
Adiantamento a fornecedores (i)	5,5805	USD	2.645	14.761	14.813	52	14.151	(610)
Caixas e Equivalentes de Caixa	5,5805	USD	156	871	874	3	835	(36)
			2.801	15.632	15.687	55	14.986	(646)
PASSIVO								
Empréstimos e Financiamentos	5,5805	USD	88.485	493.791	495.519	(1.728)	473.397	20.394
Fornecedores (i)	5,5805	USD	34	192	193	(1)	184	8
			88.519	493.983	495.712	(1.729)	473.581	20.402
Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido						(1.674)		19.756

U&M Mineração e Construção S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Consolidado	Câmbio Base	Moeda	Moeda USD	31/12/2021	Cenário + 0,35%	Efeito no resultado	Cenário -4,13%	Efeito no resultado
ATIVO								
Adiantamento a fornecedores (i)	5,5805	USD	2.645	14.761	14.813	52	14.151	(610)
Caixas e Equivalentes de Caixa	5,5805	USD	618	3.449	3.461	12	3.307	(142)
			3.263	18.210	18.274	64	17.458	(752)
PASSIVO								
Empréstimos e Financiamentos	5,5805	USD	88.485	493.791	495.519	(1.728)	473.397	20.394
Fornecedores (i)	5,5805	USD	34	192	193	(1)	184	8
			88.519	493.983	495.712	(1.729)	473.581	20.402
Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido						(1.665)		19.650

(i) Os valores representam somente saldos que estão suscetíveis a variações cambiais, excluindo saldos de adiantamentos a fornecedores internacionais e fornecedores internacionais que tiveram seu processo aduaneiro já concluído.

10 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a despesa de imposto de renda e contribuição social, lançados no resultado do período, estão demonstrados a seguir:

10.1 Valores reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(2.208)	(20.763)	(2.208)	(23.637)
Despesa do período corrente	(2.208)	(20.763)	(2.208)	(23.637)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	706	(20.166)	706	(20.166)
Diferenças temporárias do período	706	(20.166)	706	(20.166)
Total de imposto de renda e contribuição social	(1.502)	(40.929)	(1.502)	(43.803)

10.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	11.846	95.577	11.846	98.451
Alíquota fiscal do imposto	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, valor nominal	(4.028)	(32.496)	(4.028)	(33.473)
Adições permanentes	(1.045)	(5.461)	(1.045)	(5.461)
Equivalência patrimonial	(14)	7.606	-	-
Ajuste de diferença de regime tributação (iii)	-	-	-	5.680
IR e CS Auto de infração (i)	-	(12.992)	-	(12.992)
Inovação Tecnológica de períodos anteriores (ii)	1.315	2.022	1.315	2.022
Incentivos fiscais	50	40	50	40
Outros	2.220	352	2.206	381
IRPJ e CSLL efetivos	(1.502)	(40.929)	(1.502)	(43.803)
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	2.208	20.763	2.208	23.637
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(706)	20.166	(706)	20.166
	1.502	40.929	1.502	43.803
	13%	43%	13%	44%

- (i) Auto de Infração recebido em Jan/2021 referente ao ano base de 2015, com opção pelo pagamento via parcelamento em 60 (sessenta) meses, vide nota explicativa nº 17 (ii).
- (ii) Reconhecimento do crédito tributário decorrente do benefício da inovação tecnológica de 2021 junto ao Ministério da Tecnologia, sendo crédito extemporâneo.
- (iii) Refere-se à diferença de regime de tributação entre a Levyequip e sua controladora U&M Mineração, tendo em vista que a opção Lucro Presumido da Levyequip é considerada um regime simplificado, pois permite que a Receita Federal determine a base de cálculo do Imposto de Renda e Social Contribuição, apenas com base na receita apurada pela Controladora, diferentemente do regime tributário utilizado pela controladora, que é o Lucro Real.

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos CPC 06/IFRS16	627	391
Swap e NDF-Hedge	65.722	30.454
Variação cambial passiva provisionada (iii)	28.805	-
Perda esperada de crédito (iv)	26.895	-
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.	2.384	2.429
Total do ativo	124.433	33.274
Ajuste Lei 11.638 – leasing (i)	(24.877)	(18.651)
Swap e NDF-Hedge	(56.185)	(32.590)
Depreciação (Art. 40 da Lei 12.973) (ii)	(81.019)	(58.878)
Variação cambial ativa provisionada (iii)	(38.394)	-
Outros diferidos passivos	(302)	(205)
Total do passivo	(200.777)	(110.324)
IRPJ e CSLL Diferido Líquido	(76.344)	(77.050)

Movimentação das diferenças temporárias durante os períodos

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos CPC 06 (R2)/IFRS 16	627	236	391
Swap e NDF-Hedge	65.722	35.268	30.454
Variação cambial passiva provisionada (iii)	28.805	28.805	-
Perda esperada de crédito (iv)	26.895	26.895	-
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.	2.384	(45)	2.429
IRPJ e CSLL diferido ativo	124.433	91.159	33.274
Ajuste Lei nº 11.638 – leasing (i)	(24.877)	(6.226)	(18.651)
Swap e NDF-Hedge	(56.185)	(23.595)	(32.590)
Depreciação (Art. 40 da Lei 12.973) (ii)	(81.019)	(22.141)	(58.878)
Variação cambial ativa provisionada (iii)	(38.394)	(38.394)	-
Outros diferidos passivos	(302)	(97)	(205)
IRPJ e CSLL diferido passivo	(200.777)	(90.453)	(110.324)
IRPJ e CSLL diferido líquido	(76.344)	706	(77.050)

- (i) Refere-se à diferença temporária de bem adquirido por meio de arrendamento mercantil, onde há diferença entre a depreciação desse bem e o valor do arrendamento pago.
- (ii) Diferença temporária de depreciação, referente à diferença entre a vida útil econômica e a vida útil aceita para fins fiscais.
- (iii) Para 2022, tivemos uma mudança no regime de cálculo para apuração de imposto diferido, passando de competência para caixa.
- (iv) Refere-se à provisão para perda estimadas na realização de contas a receber de cliente que em setembro de 2022, um cliente solicitou recuperação judicial, conforme nota explicativa 5..

10.4 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda pessoa jurídica a recolher (IRPJ)	-	5.441
Contribuição social sobre lucro líquido a recolher (CSLL)	-	1.974
	-	7.415

11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, são realizadas conforme condições acordadas entre as partes.

(a) Natureza das transações:

	Controladora			
	Transações realizadas nos períodos findos em		Saldo em aberto em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros				
(+) Dividendos a recebidos (i)	-	23.240	-	-
(-) Dividendos pagos/a pagar (ii)	(40.000)	(32.501)	(5.740)	(16.816)
(-) Contas a pagar (iii)	-	(16.758)	-	-
(-) Locação de imóveis (iv)	(4.042)	(3.461)	(21.151)	(18.533)
	(44.042)	(29.480)	(26.891)	(35.349)

	Consolidado			
	Transações realizadas nos períodos findo em		Saldo em aberto em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros				
(-) Dividendos pagos/a pagar (ii)	(40.000)	(32.501)	(5.740)	(16.816)
(-) Locação de imóveis (iv)	(4.042)	(3.461)	(21.151)	(18.533)
	(44.042)	(35.962)	(26.891)	(35.349)

- (i) Dividendos recebidos da empresa Leveyequip Equipamentos Ltda. decorrentes dos resultados obtidos no exercício.
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais pagos aos acionistas da controladora.

- (iii) Refere-se à compra de ativo imobilizado e peças de estoque da U&M Zâmbia.
- (iv) Arrendamento de imóveis com a empresa Pangea, parte relacionada da Companhia.

(b) Remuneração da administração

Pessoal chave da administração refere-se à diretores e conselheiros. A remuneração compreendeu o seguinte benefício.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	7.308	5.830
Remuneração variável	5.598	3.215
	12.906	9.045

A Administração não possui benefícios pós-emprego e nem outros benefícios de longo prazo.

12 Investimentos

Investimentos em sociedades controladas:

	% Participação			
	2022	2021		
	2022	2021		
U&M Mining Zâmbia Ltd	100.00%	100.00%		
Levyequip Equipamentos Ltda.	-	-		
	Controladas			
	Patrimônio líquido		Resultado do período	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Levyequip Equipamentos Ltda.	-	-	-	22.352
U&M Mining Zambia Ltd.	1	2.600	(40)	20
	1	2.600	(40)	22.372
	Controladas			
	Investimento		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Levyequip Equipamentos Ltda.	-	-	-	22.352
U&M Mining Zambia Ltd.	-	2.600	(40)	20
	-	2.600	(40)	22.372

Movimentação do investimento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	2.600	25.874
Resultado de equivalência patrimonial	(40)	22.370
Ajuste acumulado de conversão - CTA	(180)	57
Redução de Capital -U&M Mining Zâmbia Ltd (i)	(2.380)	(16.633)
Compra de Ações	-	1
Liquidação da Companhia Levyequip Equipamentos Ltda. (ii)	-	(5.829)
Distribuição de Dividendos (iii)	-	(23.240)
Saldo Final	-	2.600

- (i) Liquidação de crédito a pagar com parte relacionada mediante redução de participação societária na investida. Vide nota explicativa nº 1.4.
- (ii) Refere-se ao encerramento da operação da Empresa, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.
- (iii) Dividendos recebidos da Levyequip.

13 Imobilizado

Composição do imobilizado

As imobilizações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão abaixo apresentadas:

	Controladora e Consolidado								
	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos (ii)	Veículos	Hardware	Ativo Direito de Uso	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.599	898.315	11.187	3.454	8.725	16.148	218	51.113	1.008.759
Adição (i)	611	143.739	88	1.535	33.934	4.969	-	129.771	314.647
Baixa	-	(15.272)	(199)	(101)	(10.107)	(6.188)	-	-	(31.867)
Outros	-	-	-	-	-	292	-	-	292
Transferência Custo	218	145.288	-	-	-	(1.542)	(218)	(143.746)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.428	1.172.070	11.076	4.886	32.552	13.679	-	37.138	1.291.831
Adição (i)	-	254.658	-	1.033	13.160	2.345	782	123.990	395.968
Baixa	-	(18.141)	(294)	(282)	(2.098)	(2.000)	-	-	(22.815)
Transferência Custo	-	89.406	-	-	-	(252)	-	(89.154)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.428	1.497.993	10.782	5.639	43.614	13.772	782	71.974	1.664.984
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.040)	(440.540)	(2.030)	(1.657)	(3.775)	(7.380)	-	-	(459.422)
Adição (i)	(3.725)	(77.191)	(1.064)	(751)	(9.183)	(984)	-	-	(92.898)
Baixa	-	7.737	199	98	5.297	5.042	-	-	18.373
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(509.994)	(2.895)	(2.310)	(7.661)	(3.322)	-	-	(533.947)
Adição (i)	(3.808)	(106.756)	(1.071)	(903)	(9.714)	(1.164)	-	-	(123.416)
Baixa	-	13.441	294	280	-	743	-	-	14.758
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(11.573)	(603.309)	(3.672)	(2.933)	(17.375)	(3.743)	-	-	(642.605)
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2021	12.663	662.076	8.181	2.578	24.891	10.357	-	37.138	757.884
Saldo residual em 31/12/2022	8.855	894.684	7.110	2.706	26.239	10.029	782	71.974	1.022.379

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, parte das aquisições de ativo imobilizado se deu por meio de financiamento de FINAME e LEASING, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos totalizaram em 2022 R\$ 150.347 (R\$ 2.198 em 31 de dezembro de 2021). Em todos os contratos de Finame da Controladora o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento. O custo de aquisição de máquinas e equipamentos, já tem deduzido o crédito de PIS e COFINS.
- (ii) Conforme nota explicativa nº 1.2, os ativos controlados pela Leveyequip foram incorporados pela Controladora pelo valor de R\$ 662.

O imobilizado da controladora e do consolidado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 26.239 em 2022 (R\$ 24.891 em 31 de dezembro de 2021) relacionados a imóveis e equipamentos arrendados, conforme nota explicativa nº 14.1

Imobilizado em garantia

Alguns equipamentos de produção e apoio são utilizados como garantias judiciais e como direitos creditórios em contratos com instituições financeiras. Em 2022 o montante totalizou R\$ 431.639 (R\$ 235.062 em 31 de dezembro de 2021).

14 Operações de Arrendamento

Como arrendador

A receita decorrente desses contratos de locação é reconhecida como receita operacional, como receita de locação, conforme nota explicativa nº 22.

Para gerar essa receita, a Companhia utiliza seu ativo imobilizado como máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços e movimenta mesmo quando está disponível para locação, ou seja, há segregação entre os ativos que estão locados por não serem específicos, visto que a gestão é centralizada e realizada de acordo com a disponibilidade.

A Controladora possui contratos que são faturados de acordo com as medições feitas mensalmente das horas utilizadas, não sendo possível separar os vencimentos em fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 há valores contratados no valor aproximado de R\$ 571.348, que serão faturados nos próximos 3 anos (em 31 de dezembro de 2021 o valor aproximado era de R\$ 554.000).

Segue abaixo a composição do valor da receita de locação, conforme nota explicativa nº 22:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita fixa	153.007	112.870	153.007	139.496
Receita variável	95.195	67.823	95.195	67.823
	<u>248.202</u>	<u>180.693</u>	<u>248.202</u>	<u>207.320</u>

Como arrendatário - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

As operações de arrendamento são avaliadas e seus contratos reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamentos de imóveis residenciais e comerciais, utilizados nas operações.
- Arrendamento de equipamentos utilizados nas operações.

A Controladora optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui direito potencial de PIS/Pasep e Cofins recuperável embutido na contraprestação do arrendamento.

14.1 Direito de uso

O ativo de direito de uso, classificado na rubrica de imobilizado, foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	21.949	19.056
Equipamentos	4.290	5.835
	26.239	24.891

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	24.891	4.950
Adição de novos contratos	13.160	33.934
Baixa de contratos	(2.098)	(10.107)
Adições de Amortização	(9.714)	(9.183)
Baixa de Amortização	-	5.297
Saldo final	26.239	24.891

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Não foram identificadas evidências de *impairment* para esses ativos.

14.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo/desconto incremental da Controladora e suas controladas, detalhadas acima.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	26.039	5.360
Adição de contratos	13.160	33.934
Baixa de contratos	(2.199)	(5.217)
Juros incorridos	3.160	3.374
Pagamento de principal	(8.925)	(8.029)
Pagamentos de juros	(3.153)	(3.383)
Saldo final	28.082	26.039
Circulante	6.066	6.939
Não circulante	22.016	19.100

O fluxo de pagamentos das obrigações da Controladora, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento		
Até 1 ano	6.066	6.939
De 2 a 3 anos	6.476	4.441
De 4 a 5 anos	2.760	3.070
Acima de 5 anos	12.780	11.589
Total	28.082	26.039

14.3 Taxa de desconto

A Controladora estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de locação (“spread de crédito”). A tabela abaixo mostra as taxas praticadas:

	Controladora e Consolidado	
	Taxa de desconto (%)	
	31/12/2022	31/12/2021
Imóvel residencial	12,38	12,38
Imóvel comercial	12,06	12,06
Equipamentos	15,30	15,30
Outros	6,73	6,73

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição dos Saldos

	% Taxa ao ano	Moeda	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro (i)	CDI + (1,99% a.a. à 3,10%a.a)	BRL	2022-2025	402.960	157.127
Capital de giro (i)	13,75% a.a.	BRL	2024	50.558	-
Capital de giro (i)	VC + (1,57% a.a. à 5,78% a.a.)	USD	2022-2024	346.743	493.792
Finame (ii)	TLP + 2,95%a.a.	BRL	2024-2025	38.880	2.200
Finame (ii)	SELIC + 2,45% à 2,95% a.a.	BRL	2023	41.645	2.281
Leasing (iii)	CDI + 1,47% a.a. a CDI + 3,65%	BRL	2022-2023	9.700	13.468
Leasing Internacional (iv)	VC + 5,08% a.a. a 5,73%	USD	2025	93.462	-
				983.948	668.868
Circulante				455.127	282.011
Não circulante				528.821	386.857

- (i) Capital de Giro: são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro da Controladora e para a compra de máquinas e equipamentos para as operações. Os

contratos possuem carência mínima de amortização de principal de 6 meses que podem durar até um ano. Alguns contratos possuem em média 50% de garantia, do valor do empréstimo, em equipamentos da entidade.

- (ii) **Finame:** financiamentos para investimentos em caminhões rodoviários utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de principal de 6 meses. Em todos os contratos de Finame da Controladora o bem financiado é alienado em garantia ao financiamento.
- (iii) **Leasing:** contratos de arrendamento mercantil para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização de 6 meses.
- (iv) **Leasing Internacional:** contratos de arrendamento para investimento em máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos possuem carência de amortização entre 2 e 6 meses.

A exposição da Controladora e suas controladas a riscos cambiais relacionados a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira está divulgada na Nota Explicativa nº 9.

15.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	668.868	377.465
(+) Captação	612.269	593.283
(+) Provisão de juros	67.272	21.303
(+/-) Provisão de variação cambial	(31.018)	30.930
(-) Amortização de principal	(281.086)	(333.589)
(-) Amortização de juros e variação cambial	(52.357)	(20.909)
(+) Custo a amortizar	-	385
Saldo no fim do período	983.948	668.868

15.3 Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	282.011
2023	455.127	229.256
2024	394.251	157.601
2025	134.570	-
	983.948	668.868

15.4 Covenants

Existem cinco contratos com cláusula restritiva financeira (covenants) vigentes, que é a relação dívida líquida dividida pelo EBITDA, sendo que dois contratos não podem ser superior a 2,5x no exercício social encerrado durante a vigência do contrato e três outros com verificações semestrais e anuais, cuja relação entre dívida líquida e EBITDA não seja superior a 3x.

Devido ao evento não recorrente da recuperação judicial do cliente Mina do Tucano, os covenants referentes à um contrato, cuja relação Dívida Líquida/EBITDA não poderiam ser superior a 2,5x, não foi cumprido.

Waiver

A Controladora possui empréstimos, financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Estes contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a instituição financeira terá o direito de considerar antecipadamente vencido o contrato, decretando o vencimento antecipado da dívida.

Cumprir notar que o não atingimento do referido índice, é um evento isolado e excepcional - que não comprometerá a capacidade de pagamento da U&M - decorrente do não recebimento de uma receita relevante, em razão de pedido de recuperação judicial formulado por um de seus clientes.

Os covenants não financeiros foram impactados pela Ação de Recuperação Judicial n.º 0245214-56.2022.8.19.0001, distribuída em 06/09/2022, perante a 1ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, pela Mina Tucano Ltda./Outros (Great Panther Mining Limited), gerando incertezas sobre a recuperação das contas a receber desse cliente, estimadas e reconhecidas em 2022. A Instituição financeira decidiu pela dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual por parte da Companhia (Waiver), sem nenhuma cobrança ou execução de qualquer valor antecipadamente

Considerando a obtenção do waiver no período subsequente à data do encerramento das demonstrações financeiras em, 10 de março de 2023, a dívida reclassificada do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 23.244, não é exigível ou pagável no curto prazo.

16 Fornecedores

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	80.383	58.686
Internacionais	4.854	266
	85.237	58.952

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se principalmente a valores denominados em dólares norte-americanos.

A exposição da Controladora e suas controladas à riscos cambiais relacionados à fornecedores internacionais é divulgada na nota explicativa nº 9.

17 Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte a recolher – IRRF	3.295	1.947
Programa de integração social a recolher – PIS	2.403	1.708
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a recolher- COFINS	10.636	6.668
Imposto sobre serviços de qualquer natureza a recolher – ISSQN	4.066	5.754
Parcelamento Lei 11.941 (Refis) (i)	940	1.423
Parcelamento Não Previdenciário (ii)	25.505	30.813
Outros	102	84
	46.947	48.397
Circulante	29.811	24.561
Não Circulante	17.136	23.836

(i) **Parcelamento Lei nº 11.941/09**

A Controladora aderiu em 11 de setembro de 2009 ao programa de redução e parcelamento de dívidas com a União, referente aos débitos tributários de PIS, COFINS, IRRF, IOF, CSRF, IRPJ e CSLL, obtendo a consolidação do saldo em 30 de junho de 2011. Na ocasião da consolidação foi utilizado parte do saldo de prejuízo fiscal para abater a dívida total. A Controladora está cumprindo com suas obrigações de forma tempestiva e em dezembro de 2022 restavam 20 parcelas vincendas.

(ii) **Parcelamento Não Previdenciário**

No exercício de 2021 a Controladora recebeu um auto de infração referente a empresa Leveyequip, com a cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, optando por formalizar o pedido de parcelamento ordinário, garantindo assim um desconto de 40% (quarenta por cento) no valor das multas. A Controladora está cumprindo com suas obrigações de forma tempestiva e dezembro de 2022 restam 35 parcelas vincendas a serem pagas nos próximos anos.

O valor total do parcelamento foi de R\$ 37.392 dividido em 60 parcelas. A contabilização do parcelamento afetou as seguintes rubricas contábeis no resultado em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			
	Impostos correntes	Outras receitas (despesas) operacionais	Despesas Financeiras	Total
IRPJ	9.554	-	-	9.554
CSLL	3.437	-	-	3.437
COFINS	-	2.769	-	2.769
PIS	-	602	-	602
JUROS	-	-	6.304	6.304
MULTA	-	14.726	-	14.726
	12.991	18.097	6.304	37.392

Em relação ao tema objeto do PA nº 17227-720.448/2020-43 e 17227-720.455/2020-45 (ano-base 2015), que já foi objeto de pagamento, informa-se que a empresa Leveyequip encerrou as suas atividades em agosto de 2021. De acordo com a análise da Controladora, e respaldada na opinião dos assessores jurídicos externos, a administração concluiu que não há riscos de perda adicionais.

Movimentação dos parcelamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	32.236	1.915
(+) Novo Parcelamento	-	37.392
(+) Juros apropriados	2.998	1.725
(-) Pagamento de principal	(7.740)	(8.363)
(-) Pagamento de juros	(1.049)	(433)
Saldos final	26.445	32.236
Circulante	9.309	8.401
Não circulante	17.136	23.835

18 Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	8.806	9.142
Participação nos lucros a pagar	-	6.789
INSS a recolher	4.600	4.603
FGTS a pagar	2.642	2.673
Provisão de férias e encargos	16.312	16.457
Outros	283	198
	32.643	39.862

19 Adiantamento de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de venda de ativos	634	147
Adiantamento de venda de sucata	12	14
Construtora Barbosa Mello (i)	6.579	6.579
MMIC - Mineração Maraca Indústria e Comércio S.A. (ii)	13.985	-
	21.210	6.740

- (i) Recebimento de recurso referente a execução provisória de sentença referente ao Consórcio Jeceaba, operação conjunta baixada em junho de 2013.
- (ii) Refere-se a adiantamento contratual, que será mensalmente compensado após a emissão de NF's referente a prestação de serviços.

20 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Controladora no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, trabalhistas e tributárias, em fórum administrativo e judicial.

20.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados judicialmente, para fins de recurso, garantia de eventuais execuções ou acordo judicial. Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais classificados no grupo do ativo não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	3.479	2.610
Tributário	2.028	1.892
	5.507	4.502

20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Controladora e suas controladas são partes em processos tributários, cíveis e trabalhistas, decorrentes de autos de infração por parte do fisco, reclamações de terceiros e ex-empregados, ou ações e questionamentos. Para essas contingências, foram constituídas provisões quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de perda for considerado provável. Essas disposições são mostradas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2021	4.157	2.954	35	7.146
Adições (i)/(ii)	1.766	81	-	1.847
Reversão de provisão	(292)	(1.324)	(21)	(1.637)
Pagamentos	(327)	(2)	(9)	(338)
Em 31 de dezembro de 2022	5.304	1.709	5	7.018

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.065	-	5	2.070
Adições (i)	3.631	2.954	30	6.615
Reversão de provisão	(827)	-	-	(827)
Pagamentos	(712)	-	-	(712)
Em 31 de dezembro de 2021	4.157	2.954	35	7.146

- (i) As ações trabalhistas decorrem de reclamações de ex-funcionários que pleiteiam, em especial, verbas como horas extras, adicional noturno e intervalo intrajornada. O aumento do valor da contingência relacionado a essas ações se deve ao avanço dos processos nas instâncias judiciais, bem como da revisão da classificação de perda das reclamações.
- (ii) Os processos tributários decorrem de questionamentos de certos autos de infração emitidos em processos fiscalizatórios, bem como de processos que discutem a legitimidade da cobrança de determinados tributos. A redução substancial se deve, principalmente, ao arquivamento de um processo tributário judicial relacionado a base de cálculo do ICMS reduzida em 95% na importação de equipamentos usados.

20.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia está sendo reclamada em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, classificada como “perdas possíveis” pela administração com suporte de seus assessores jurídicos para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cível (i)	10.450	8.966
Trabalhista (ii)	5.612	3.925
Tributário (iii)	83.178	59.708
	99.240	72.599

- (i) Os processos cíveis classificados como possíveis permaneceram estáveis ao longo do exercício do ano de 2022, sendo os valores compostos majoritariamente por processos relacionados ao cliente Consórcio Construtor Jeceaba encerrado em junho de 2013, o qual a U&M tinha participação em 33,33% .
- (ii) As reclamatórias trabalhistas apresentam, em seu escopo, pleitos diversos – principalmente horas extras, adicional noturno e intervalo intrajornada e em fases distintas.
- (iii) Na esfera tributária, há processos em fase administrativa – referentes a autos de infração emitidos em processos fiscalizatórios – e judicial, referentes a processos que discutem majoritariamente, ICMS sobre leasing e redução da base de cálculo na importação de equipamentos usados. O aumento do valor envolvido relacionado as ações classificadas como perda possível se deve, especialmente, a judicialização de um processo administrativo através de uma execução fiscal que discute o ISS no Município do Rio de Janeiro.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Controladora era composto por 59.058 lotes de mil ações ordinárias, sem valor nominal. O valor do capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 66.499, idêntico em 31 de dezembro de 2021.

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; ou (v) pagamento de dividendos a ações preferencias, quando essa vantagem lhes for assegurada. O ágio na subscrição de ações da Controladora é de R\$ 19.546, constituído em 2005 pela venda de ações para a empresa Epsa, dentre outras.

21.3 Reserva de lucros

Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, deixando de ser constituída quando atingiu 20% do valor do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Refere-se aos resultados dos exercícios anteriores, que foram destinados na Assembleia Geral Ordinária e serão distribuídos posteriormente.

21.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido após a apropriação da reserva legal.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	10.344	54.648
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.586)	(13.662)
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	16.816	24.570
Dividendos adicionais propostos (i)	26.338	11.085
Dividendos mínimos obrigatórios	2.586	13.662
Pagamento de dividendos	(40.000)	(32.501)
Saldo no final do período	5.740	16.816

- (i) A Administração da Controladora aprovou a utilização da reserva de lucros para efetuar a distribuição adicional de dividendos, no valor de R\$ 26.338 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.085 em 31 de dezembro de 2021), ambos pagos no mesmo exercício proposto. O valor foi definido pela Administração de acordo com a disponibilidade de caixa.

22 Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços	1.245.277	1.135.108	1.245.277	1.135.108
Receita de locações	248.202	180.693	248.202	207.320
(-) PIS/COFINS	(138.147)	(121.713)	(138.147)	(122.684)
(-) ISSQN	(62.264)	(56.942)	(62.264)	(56.944)
	1.293.068	1.137.146	1.293.068	1.162.800

Apresentamos a receita líquida abaixo por informações geográficas (Estado):

Estado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AP	159.653	223.961	159.653	223.961
BA	150.008	54.450	150.008	54.450
GO	248.626	231.963	248.626	231.963
MA	148.398	142.021	148.398	152.479
MG	260.264	244.426	260.264	244.426
PA	326.118	240.325	326.118	255.521
Receita Líquida	1.293.068	1.137.146	1.293.068	1.162.800

A receita de prestação de serviços e aluguel de equipamentos extrapesados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi composta por 6 clientes, com a representação de 11 contratos (em 31 de dezembro de 2021 foram 6 clientes e 10 contratos). Abaixo demonstramos a representação da receita por cliente, na qual todos os contratos são totalizados:

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	28%	26%	28%	26%
B	19%	20%	19%	20%
C	17%	20%	17%	19%
D	15%	13%	15%	13%
E	12%	14%	12%	13%
F	8%	7%	8%	8%

23 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(323.727)	(292.167)	(323.727)	(292.167)
Depreciação e amortização	(111.820)	(81.993)	(111.820)	(82.309)
Operações de arrendamento mercantil - Depreciação	(9.714)	(9.183)	(9.714)	(9.183)
Peças de reposição	(307.186)	(301.036)	(307.186)	(301.036)
Material de uso e material aplicado	(49.562)	(52.384)	(49.562)	(52.384)
Combustível e lubrificantes	(54.871)	(63.651)	(54.871)	(63.651)
Serviços de manutenção	(17.870)	(21.585)	(17.870)	(21.585)
Fretes	(45.052)	(33.824)	(45.052)	(33.824)
Locação de equipamentos	(27.213)	(19.923)	(27.213)	(19.923)
Pneus e material rodante	(126.201)	(116.293)	(126.201)	(116.293)
Subempreiteiros + serv. prestados p.jurídica	(6.761)	(7.495)	(6.760)	(7.495)
Aluguéis de imóveis e condomínios	(141)	(506)	(141)	(506)
Perdas de inventário	(6.450)	(2.803)	(6.450)	(2.803)
Outros	(14.263)	(10.841)	(14.264)	(10.841)
	(1.100.831)	(1.013.684)	(1.100.831)	(1.014.000)

24 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(10.013)	(8.138)	(10.013)	(8.213)
Energia elétrica, água e esgoto	(593)	(530)	(593)	(537)
Depreciação e amortização	(2.118)	(1.925)	(2.118)	(1.925)
Serviços prestados por terceiros	(9.647)	(4.315)	(9.676)	(4.315)
Peças de reposição	(238)	(75)	(238)	(76)
Donativos e Contribuições	(300)	(93)	(300)	(93)
Comunicação	(245)	(218)	(245)	(220)
Aluguéis de Imóveis e condomínios	(28)	(23)	(28)	(40)
Despesa de viagem e hospedagem	(424)	(118)	(424)	(120)
Outros	(1.957)	(1.087)	(1.974)	(1.141)
	(25.563)	(16.522)	(25.609)	(16.680)

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<i>Outras receitas</i>				
Receita de venda de sucata, pneus e peças	5.943	4.959	5.943	4.959
Créditos fiscais (i)	1.384	21.793	1.384	21.793
Resultado na alienação do ativo imobilizado	3.741	1.714	3.741	1.714
Recuperação de Crédito PIS/COFINS (ii)	20.909	21.329	20.909	21.329
Outros	3.282	236	3.282	236
	35.259	50.031	35.259	50.031

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<i>Outras despesas</i>				
Perdas na alienação de ativos imobilizado	(2.766)	(3.060)	(2.766)	(3.060)
Parcelamento previdenciário	-	(3.414)	-	(3.414)
Contingências	129	(5.077)	129	(5.077)
Impostos e taxas	(47)	(1.513)	(47)	(1.513)
Multa auto de infração (iii)	-	(14.726)	-	(14.726)
Outros	(48)	(1.028)	(48)	(1.027)
	(2.732)	(28.818)	(2.732)	(28.817)

- (i) Crédito de PIS e COFINS, referente a equipamentos alocados em controladas não operacionais.
- (ii) Crédito de PIS e COFINS, relativos a itens de estoque e prestação de serviços destinados a controladas não operacionais.
- (iii) Refere-se à multa sobre o auto de infração, conforme descrito na nota explicativa nº 17 (ii).

26 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<i>Despesas financeiras</i>				
Juros e comissões	(73.884)	(31.408)	(73.884)	(31.408)
IRRF / IOF	(2.822)	(969)	(2.822)	(969)
Operações em derivativos (Swap/NDF)	(81.883)	(23.336)	(81.883)	(23.336)
Variação cambial passiva	(16.206)	(36.829)	(16.208)	(36.827)
Juros sobre Operações de arrendamento mercantil	(3.017)	(3.096)	(3.017)	(3.096)
Outras despesas financeiras	(1.311)	(1.094)	(1.312)	(1.098)
	(179.123)	(96.732)	(179.126)	(96.734)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	22.017	3.691	22.017	3.691
Operações em derivativos (Swap/NDF)	2.490	33.455	2.490	33.455
Variação cambial ativa	46.163	4.494	46.172	4.558
Outras receitas financeiras	240	146	240	147
	70.910	41.786	70.919	41.851
Resultado financeiro líquido	(108.213)	(54.946)	(108.207)	(54.883)

27 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do resultado básico por ação	10.344	54.648
Quantidade média ponderada de ações para fins de cálculo do resultado básico por ações (*)	59.058	59.058
	0,18	0,93

(*) Em função de não haver diferenças na quantidade de ações durante os períodos, a média ponderada de ações ordinárias é a mesma quantidade de ações existentes.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em virtude da inexistência de potenciais ações dilutivas.

28 Compromissos

A Companhia assinou Termo de Compromisso, referente a Leasing e Capital de Giro, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- Leasing, arrendamento mercantil de equipamentos de grande porte pelo valor de USD 4.991, com de acordo em 09 de abril de 2022 e os equipamentos ficaram disponíveis entre abril e dezembro/2023.
- Capital de Giro, no valor R\$ 80.000 com o de acordo em 21 de dezembro de 2022, sendo o recurso liberado em 11 de janeiro de 2023.

29 Informações complementares ao fluxo de caixa

As transações do período que não tiveram efeito de caixa foram:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Atividade de financiamento		
Leasing (i)	111.009	-
Finame (i)	39.348	2.198
Arrendamento Mercantil (ii)	13.160	33.394
Dividendos distribuídos (iii)	2.904	13.662
 Atividade de investimento		
Arrendamento Mercantil (ii)	13.160	33.934
Redução de Capital U&M Mining Zambia (iv)	-	16.633
Incorporação de ativos Levyequip (v)	-	922
Aquisição de Imobilizados não liquidado		
- Leasing (i)	111.009	-
- Finame (i)	39.348	2.198
- Contas a pagar (i)	12.335	2.104

- (i) Compras de ativos imobilizados através de financiamentos e parcelamentos com fornecedores ainda não liquidadas.
- (ii) Renovações e contratações de aluguéis, que se enquadraram nos critérios de reconhecimento do CPC 06/IFRS 16 – Arrendamento.
- (iii) Dividendos provisionados, porém ainda não pagos.
- (iv) Liquidação de crédito a pagar com parte relacionada através de redução de participação societária na investida.
- (v) Em agosto de 2021 as operações da Levyequip foram encerradas e seus ativos incorporados à U&M, sendo Caixa e equivalentes de caixa R\$ 4.907, Outros Ativos R\$ 260 e Imobilizado R\$ 662.

30 Informação por segmento

A Controladora e suas controladas possuem um único segmento operacional que consiste na prestação de serviços especializados e aluguel de equipamentos extrapesados. A Controladora e suas controladas são organizadas, e seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados pelo Diretor Presidente (“CEO”), principal gestor das operações da Controladora. Essa visão é apoiada pelos seguintes fatores:

Não há divisões em sua estrutura para gerenciar as diferentes linhas de serviços; e

As decisões estratégicas da Companhia são baseadas em estudos de oportunidades de mercado e não apenas na execução de obras.

31 Eventos Subsequentes

- (a) A Obtenção de Waiver referente a quebra de Covenants:
Conforme descrito na nota explicativa 5, em função do pedido de recuperação judicial pela Mina Tucano Ltda./Outros (Great Panther Mining Limited), a U&M reconheceu até dezembro de 2022 o valor de R\$ 79.102 referente à perdas estimadas na recuperação desse crédito. Esse reconhecimento considerado pela Administração como um item não recorrente, impactou negativamente tanto o EBITDA operacional em 5 p.p., impactando o caixa em aproximadamente R\$ 100 milhões de reais, culminando com o não cumprimento do covenant pré estabelecido em um dos contratos de empréstimo da Companhia. Em fevereiro/2023 foi iniciado o pedido de waiver junto ao agente financeiro, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos e desenvolvimento empresarial e operacional para o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos. Em 10 de março de 2023, a instituição financeira, aprovou a concessão de renúncia e perdão para a não observância do referido covenant não financeiro em 2022, sem nenhuma cobrança ou vencimento antecipado da dívida.
- (b) A empresa Controlada, U&M Mining Zâmbia Ltd - constituída em 17 de maio de 2007, com sede na cidade de Chingola, Copperbelt - Zâmbia, teve como objeto social a prestação de serviços de mineração, onde se encontrava inativa desde 2015, tendo seu encerramento em fevereiro de 2023, com baixa do CTA a resultado de R\$ 12.856.
- (c) Captação de R\$ 80.000 em 11 de janeiro de 2023, com amortizações trimestrais, carência de 6 meses e taxa CDI + 2,45% a.a., para reforço de caixa.

* * *

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

DocuSigned by:



Sérgio Ribeiro Machado

Diretor-Presidente

DocuSigned by:



Carolina Carvalho Zacharias

CFO

DocuSigned by:



Daniela Curtinhas Fialho

Contadora CRC-MG090389/O-7SRJ